

DECRESCIMENTO DA ECONOMIA E BENS COMUNS: UMA AGENDA PARA A CRISE SOCIOAMBIENTAL

ECONOMIC DEGROWTH AND COMMON GOODS: AN AGENDA FOR THE SOCIO-ENVIRONMENTAL CRISIS

HICKEL, J. *Less is more: how degrowth will save the world*. Londres: William Heinemann, 2020. Versão *ebook*.

Palavras-chave: Antropologia econômica. Decrescimento. Bens comuns. Crise ambiental. Desigualdade global. Sul global.

Lucas Lemos Walmrath*

No espectro político, conservadores, reformistas e revolucionários, todos advogam, em maior ou menor grau, por propostas de mudanças sociais. Em comum, estes posicionamentos se apoiam sobre a premissa do crescimento econômico das sociedades. Mas, e se grande parte dos problemas sociais modernos, e sobretudo contemporâneos, não forem eles mesmos resultados do crescimento econômico, ainda mais diante da crise ambiental estrutural que se impõe como um dos maiores desafios ao século XXI?

É pensando sobre essas e demais questões que o jovem antropólogo da economia

Jason Hickel, natural de Essuatíni (país anteriormente conhecido como Suazilândia, localizado ao sul do continente africano), propõe o decrescimento da economia global em direção ao pós-capitalismo em *Less is more: how degrowth will save the world*, livro publicado em 2020 em meio à atual pandemia de Covid-19.

Por detrás de um título aparentemente inocente, e até mesmo passível de ser confundido com algum exemplar de autoajuda tão popular em tempos de crise, *Less is more* é um revigorante esforço analítico dos problemas contemporâneos, trazendo consigo tanto um diagnóstico quanto propos-

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: lucaswalmrath@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6698-8969>.



tas que, se não inteiramente novas, certamente se destacam em tempos nos quais novas ideias carecem de apelo frente ao ideário neoliberal, que ainda parece dominar o debate internacional.

Less is more é, antes de tudo, um livro de divulgação científica para o grande público. Logo em sua introdução, Hickel nos apresenta os dilemas do antropoceno e seus perigos. Ao fornecer um compêndio de estudos dos mais variados, o autor visa, de imediato, traduzir e dar dimensão aos leitores leigos dos mais recentes achados em estudos realizados por ecologistas, biólogos e demais pesquisadores atuando na agenda dos impactos da degradação ambiental.

A situação, como se sabe, é a mais grave possível: nos encontramos muito próximo de passar dos “pontos de não-retorno” nas fronteiras ambientais, manifestos nas metas de aquecimento médio das temperaturas globais acima dos níveis pré-industriais, como o limite do aquecimento da atmosfera, em no máximo 2º C, fixado pelo Acordo de Paris. Os impactos do aquecimento global e da devastação ambiental são severos. Destacam-se, entre estes, o aumento dos níveis dos mares em proporções inimagináveis, possivelmente inundando e devastando cidades globais costeiras ao redor do mundo; as ondas de calor que tornarão insustentáveis as vidas nos trópicos; e, talvez mais importante, embora pouco divulgado, o impacto direto e massivo na produção alimentícia global.

Em outras palavras, Hickel se esforça para mostrar da forma mais didática possível que, sem alterações estruturais em nossa economia global, estaremos fadados à extinção em massa da biodiversidade terrestre, o que inclui nossa própria existência enquanto espécie e civilização. A crise ambiental por si só já é alarmante, mesmo que

não pareça nos afetar diretamente. No entanto, os impactos são previsíveis e, segundo Hickel, se conectam e se somarão às instabilidades políticas e sociais em curso, como as vistas, por exemplo, nas migrações em massa de milhões de pessoas deslocadas pela impossibilidade de continuarem habitando suas regiões de origem. A lição mais importante desses estudos é simples: tudo está conectado, e não podemos desprezar ou adiar por mais tempo o impacto de nossas ações no meio ambiente, com o uso excessivo dos recursos naturais e a perda de biodiversidade.

Após a introdução, o livro é organizado em duas partes: “More is less”, na qual o antropólogo identifica os problemas atuais em suas origens, bem como as saídas baseadas na tecnologia usualmente propostas; e “Less is more”, onde, como era de se esperar, advoga pela tese do decrescimento da economia.

Nos capítulos da seção “More is less”, Hickel se dedica a desafiar a ideia de que o crescimento econômico é sempre bem-vindo ou acima de críticas, mostrando a outra face dos processos que o acompanham e o tornam possível, em primeiro lugar. Para tal, o autor retorna no tempo para a sumarizar a origem do sistema capitalista e seu processo de acumulação e espoliação de pessoas e da natureza.

Aqui a contribuição de Hickel reside menos na busca das origens dos problemas atuais, e mais no enfoque na construção da ideia de crescimento econômico como um fim em si mesmo. O fato é que a forja do capitalismo foi um processo de grande violência no qual o crescimento, por boa parte dos últimos 500 anos, não beneficiou a imensa maioria da população sob o jugo desse sistema, muito pelo contrário: em nome do crescimento, literalmente bilhões de

pessoas e povos foram (e continuam a ser) explorados, escravizados e dizimados sob a premissa de que os recursos são escassos, o que justificaria sua apropriação e exploração privada para a sua melhor gerência, uma vez que pobres e ricos ganhariam em conjunto.

Hickel argumenta que a melhoria da vida humana sob o capitalismo resulta muito mais do direcionamento dos avanços tecnológicos para o bem público, por meio de movimentos sociais e políticas públicas progressistas, do que do crescimento econômico por si só; que o capitalismo é a causa imediata da crise socioambiental contemporânea – há pouca ou nenhuma margem para discussão. Para romper com a lógica do sistema, contudo, o autor remonta às origens do pensamento ocidental moderno, discutindo a ontologia dualista que, ao separar a humanidade da natureza, permite e fundamenta a emergência do pensamento capitalista, da ideologia do “crescentismo” (*growthism*). De especial importância, para o êxito dessa razão econômica moderna, é a criação da noção de escassez artificial dos recursos naturais e humanos.

Apresentando sua crítica aos efeitos colaterais do crescimento econômico, Hickel enfatiza, por diversas vezes, que o problema, além do evidente impacto ambiental, em especial após o advento da industrialização, é que o crescimento se deu de forma desigual historicamente, de modo que é o consumo dos países *ricos e dos super-ricos, das elites globais*, o principal responsável pelas crises contemporâneas.

Já quanto às nações mais pobres, não bastasse o fato de contribuírem para a divisão internacional do trabalho com mão de obra barata e *commodities* desvalorizadas que as condenam às armadilhas das rendas médias e baixas – em outras palavras, ao subdesen-

volvimento –, são essas nações que, na conjuntura atual continuarão a ser, comparativamente, as mais afetadas pelas diversas facetas da crise climática. Frente a este arranjo desigual secular, que remonta à “grande divergência” da desigualdade entre países, Hickel argumenta que é sobre o norte global que o programa de decrescimento econômico deve ser efetivamente conduzido.

O autor dedica o último dos capítulos da primeira parte de seu livro a refutar a linha argumentativa proponente do autoproclamado *desenvolvimento sustentável*, baseada na expectativa de que o invento e disseminação de novas tecnologias reverterá o curso da destruição do antropoceno, enquanto preserva o crescimento econômico infinito. Em tom de denúncia das experimentações de geoengenharia propostas, o autor acredita que, mesmo se bem-sucedidas, medidas como a difusão de aerossóis na atmosfera, para diminuir a incidência de raios solares, e a adoção em massa de carros elétricos, para citar apenas duas conhecidas propostas, pouco amenizariam a crise ambiental, deixando de atacar sua parte fundamental: o crescimento imparável. A explicação é parcimoniosa: os ganhos com tecnologias em certas áreas não compensam os impactos ambientais generalizados de uma economia global que “precisa” crescer a uma taxa de 2 a 3%, anualmente. Ademais, nos lembra o autor que o mesmo avanço tecnológico é sempre visado com fins ao aumento da produtividade da economia e da exploração da natureza.

A segunda parte do livro começa desconstruindo a tese de que uma boa vida, em termos individuais e coletivos, é sempre dependente do crescimento econômico e dos bens materiais. Hickel demonstra que o ponto não é crescermos mais: é, antes, distribuímos as riquezas e rendas, bem como

alocarmos os recursos da economia global em prol de uma economia verde de baixo ou não crescimento, estagnada. Afinal, a correlação entre bem-estar social e crescimento do PIB se perde a partir de certo patamar.

Neste sentido, o crescimento econômico a ser perseguido pelos países pobres e em desenvolvimento deve ser encorajado, mas em direção à construção, ampliação e defesa de bens comuns, públicos, tais como o Sistema Único de Saúde (SUS), restaurantes populares, bibliotecas, arenas esportivas e parques ambientais, mediante os inúmeros multiplicadores sociais positivos, e sua pequena pegada ambiental. Países como Costa Rica, Cuba, e mesmo algumas nações europeias, como Portugal, seriam exemplos de economias de pouco impacto ambiental que lograram êxito em atingir indicadores socioeconômicos altos sem os excessos materiais dos EUA, por exemplo. Em outras palavras, o PIB por si só não deveria continuar a ser tomado como indicador de vida próspera.

Mas, afinal, em que consiste o programa de decrescimento da economia proposto por Hickel aos países *ricos*? O autor oferece uma gama de definições e sinônimos no decorrer do livro, a mais sintética talvez seja: “[...] uma redução planejada do uso de energia e recursos para trazer a economia de volta ao equilíbrio com o mundo vivo de uma forma segura, justa e equitativa” (HICKEL, 2020, Introdução)¹. De reconhecida inspiração *maussiana* e decolonial, a concepção do decrescimento (ESCOBAR, 2015; KALLIS, 2018) aponta para a redução daqueles setores da economia que são ambientalmente

nocivos e injustificáveis em sua existência, a partir do momento em que não colaboram com o bem-estar social. Em contrapartida, o autor defende o crescimento dos gastos e investimentos nos setores da economia de baixo impacto ambiental, e nos quais efetivamente se melhora a vida das pessoas. Em português claro, uma economia que priorize, por exemplo, saúde, educação e habitação popular pública e de qualidade, em detrimento de luxos inacessíveis e dispensáveis, como iates e mansões.

Hickel lista uma série de iniciativas que, em conjunto, atacariam tanto a desigualdade como diminuiriam a degradação ambiental. São algumas destas: o encurtamento das semanas de trabalho com a manutenção dos postos e salários; a garantia de empregos públicos (*job guarantee*) de baixo impacto ambiental, e a oferta de rendas básicas universais; a (re)estatização/provisão de serviços de bem-estar públicos; a realização de investimentos infraestruturais verdes diversos; uma regulamentação empresarial mais incisiva, que abarque a obsolescência programada e os gastos em publicidade; a tributação progressiva das elites globais, de corporações transnacionais, e a extinção de paraísos fiscais; a abolição/renegociação de dívidas de indivíduos e países, bem como a revisão dos termos de troca de *commodities* globais.

O livro se encerra com retorno ao debate cosmológico e ontológico, a partir da defesa cientificamente embasada dos benefícios de uma visão unitária de natureza e humanidade, como a defendida historicamente por povos indígenas ao redor do mundo. Ao fim

1. No original “[...] a planned downscaling of energy and resource use to bring the economy back into balance with the living world in a safe, just and equitable way”. Como se trata de uma versão ebook, cito apenas o capítulo no qual se encontra a frase.

e ao cabo, o decrescimento é uma proposta que incorpora a tese antropológica de fundo do livro, qual seja, uma economia fundada na reciprocidade e conexão com a natureza, e não na sua dominação e extração infinita.

Less is more é um livro de fácil leitura, no qual o autor oferece tanto um diagnóstico dos problemas atuais como aponta soluções diversas, sejam reformas institucionais já em curso de implementação, sejam mudanças macrossociais de longa duração, como a refundação da nossa relação com a natureza. Embora Hickel não esteja aqui defendendo ideias inteiramente novas, fato reconhecido abertamente pelo autor, trata-se de um livro deveras importante por alguns motivos.

O antropólogo oferece argumentos importantes para que se atente ao embricamento da crise ambiental atual com as demais crises socioeconômicas, apontando um conjunto de medidas que visam lidar com tópicos centrais da desigualdade global. Hickel contribui para que se vença o senso comum no debate sobre a crise ambiental, esta que vai muito além do aquecimento global, e na qual a devastação amazônica, por ter impactos decisivos para o restante do mundo, é apenas um dos exemplos mais óbvios. Por fim, e apesar do tom de alarme dos primeiros capítulos, trata-se de uma publicação que endossa uma perspectiva positiva e realista sobre o futuro da humanidade, com destaque para decomoditização² da economia e o retorno dos bens comuns.

Naturalmente, não se trata de um livro sem lacunas e limitações, em especial devido ao amplo escopo de tópicos visitado. Apesar do sólido diagnóstico dos pro-

blemas e de propostas contundentes, Hickel não elabora precisamente quais os meios políticos necessários para que o decrescimento econômico do norte global ocorra: não fala em termos de revolução e nem entra nas minúcias da viabilidade de suas teses no debate político, deixando implícito que movimentos sociais devem ser a ponta de lança desta transformação global, por dentro e fora do aparato institucional estatal. Tampouco o autor gasta linhas explicando como lidar com a previsível reação político-econômica à agenda do decrescimento defendida.

Já do ponto de vista teórico, as críticas possíveis são menores. Contudo, é curioso que Hickel, advindo da antropologia econômica, pouco tenha citado cânones como Karl Polanyi que, embora mencionado brevemente, parece ter cunhado o argumento chave do movimento em prol do decrescimento. Este poderia ser lido, sob lentes *polanyianas*, como uma tentativa de re-enraizamento da economia na sociedade e na política.

É possível discordar das propostas de Hickel, e mesmo, para alguns, do diagnóstico das crises presentes traçado pelo autor. Diante das sombrias previsões ambientais sobre o futuro, contudo, o decrescimento da economia deveria entrar definitivamente em pauta.

Referências

ESCOBAR, A. Degrowth, postdevelopment, and transitions: a preliminary conversation. *Sustainability Science*, v. 10, n. 3, p. 451-462, 1 jul. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11625-015-0297-5>. Acesso em: 06 jun. 2021.

2. Como visto na seção “*Decommodify public goods and expand the commons*”.

KALLIS, G. Degrowth. Newcastle: Agenda Publishing, 2018.

Recebido em: 21/06/2021
Aprovado em: 14/03/2022